

---

# REVISTA DE GEOGRAFIA

Programa de pós-graduação em geografia da UFPE  
www.ufpe.br/revistageografia

---

## RESENHA

**GUERRA, Emerson Ferreira. Organização política e segurança alimentar na sociedade Krahô. Uberlândia: EDUFU, 2008. 182p.**

Débora Albuquerque Meira <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Estudante de Graduação em Geografia/UFPE; Bolsista do Programa de Educação Tutorial-MEC/SESU. E-mail: debora\_mmeira@hotmail.com

Artigo recebido em 18/06/2010 e aceito em 23/11/2010

---

A obra de Emerson Ferreira Guerra publicada em 2008, é resultante de sua dissertação de mestrado, premiada pela ANPEGE no ano de 2004. O autor elaborou e desenvolveu uma pesquisa riquíssima sobre a Sociedade Krahô e suas diversas características históricas, culturais e sociais. Mobilizou autores da Antropologia e, sobretudo da Geografia. Enfrentou o desafio da interdisciplinaridade como ferramenta pelo desenvolvimento não só de uma ciência, mas também como orientação das lutas e conquistas de uma sociedade a longos tempos injustiçada. O trabalho de Guerra pode não representar a resolução dos problemas dos povos indígenas, mas serve como um alerta para questões fundamentais que envolvem estas sociedades. Desde o início do projeto colonizador português no Brasil, estes povos são impactados pela perda não só de suas terras, mas pela insistente tentativa de usurpação da própria identidade territorial. Os primeiros problemas referentes à cultura indígena surgiram com a colonização e a exploração em grande escala do pau-brasil e essa atividade visava um único e exclusivo objetivo que seria a acumulação de riquezas. Séculos se passaram e hoje na área que serviu de objeto de estudo para o livro em análise, a idéia permanece a mesma, mudaram-se apenas os sujeitos sociais e o tipo de exploração econômica implantada. Tratam-se hoje de agronegociantes fundamentados em ideais da Revolução Verde, dependentes do Pacote Tecnológico e da implantação desenfreada de monocultivos destinados à cultura sojeira. Vale ressaltar que em nenhuma área na qual se irá implantar uma monocultura, tem-se a preocupação com as questões naturais e ambientais e que estes estudos e levantamentos acerca da perda de biodiversidade e desequilíbrio de ecossistemas só serão realizados por pesquisadores quando o desarranjo já foi provocado. Quando raras às vezes são realizados com o intuito de impedir essas “obras”, quase nunca se obtém vitória, visto que o agronegócio tem como parceiro

fiel o próprio Estado. Para uma análise acerca de questões centrais abordadas no livro, o autor organizou sua pesquisa em quatro capítulos respectivamente: Dificuldades da sedentarização e retorno às práticas culturais; Os *Krahô* e a agricultura moderna no Estado do Tocantins; Organização política indígena e as associações *Krahô*; Relações sócio-ambientais e segurança alimentar na Terra Indígena *Krahô*.

No capítulo I, Guerra aborda algumas questões históricas dos povos *Krahô*, tais como: dificuldades encontradas pelos mesmos para um processo de fixação territorial, trata da relação com os povos brancos que chegavam afirmando o domínio das terras habitadas por eles e das cruéis artimanhas realizadas com o intuito não só de expulsá-los de suas aldeias, como também criminalizá-los deixando a sociedade local contra os *Krahô*. Nesse contexto, Guerra se faz “de fora” em grande parte do seu trabalho. Claro que desde a parte inicial do livro percebe-se que a intenção é abordar questões internas da sociedade *Krahô*, sobretudo quando os aspectos tratados são alimentares, e ele faz, de uma forma descritiva. Este é um fato que, a meu ver, não diminui o valor da pesquisa realizada. Neste mesmo capítulo são detalhadas metodologias empregadas no decorrer do trabalho, possibilitando o entendimento das práticas ao leitor e permitindo que outros pesquisadores possam vir a se fundamentar em suas formas metodológicas para pesquisas geográficas e afins.

No Capítulo II, são abordados temas relacionados à expansão populacional pelo estado de Tocantins em função dos avanços da agricultura tecnificada e da implantação de monocultivos de arroz e soja, sendo também mencionados os programas criados e subsidiados pelo governo para o avanço da fronteira agrícola. Fala-se das consequências e impactos ambientais sofridos pelas terras indígenas *Krahô* e da sua própria população, da chegada dos gaúchos, do seu processo de instalação e até da forma dominante sobre os indígenas. Foi um momento oportuno para o autor reforçar a questão da segurança alimentar, visto que a expansão do agronegócio ameaça a biodiversidade da dinâmica local e do ambiente cerrado.

No capítulo III, a pesquisa se volta para a organização política indígena e as associações *Krahô*. É de fundamental importância destacar que, embora a situação não seja das melhores, o quadro poderia estar pior se estes não estivessem articulados em forma de luta e resistência pelo seu direito à terra. Trata-se de aspectos relacionados à Constituição Federal de 1988 e das muitas conquistas obtidas para a comunidade, através das diversas associações.

O capítulo IV é um capítulo que contém preciosas informações, e o mais importante, estas não derivam simplesmente de observações do autor, mas da co-participação dos principais envolvidos: os indígenas. Sem eles, o autor não teria obtido com tanta veracidade os dados necessários. Os resultados, acredito eu, que não tenham sido surpreendentes, apenas confirmou-se o

que já era de se esperar, as populações com maior número demográfico, com escassez de terra e território e mais próximas de outras culturas eram as mais vulneráveis à agentes externos. Guerra deixa o registro histórico-geográfico e como prometido aos próprios Krahô no início da pesquisa, deixou-lhes frutos dela, articulado em apoiar o processo de busca pela Segurança Alimentar, sendo elaborado o calendário denominado “Plano de Provisão Alimentar”.

Por fim, trata-se de uma pesquisa rica também em análise e que se introduz no polissêmico debate sobre a reprodução e prática da agricultura sustentável no contexto do modo de produção capitalista, fazendo uma opção muito clara da permanência deste modo de vida dentro do capitalismo e não como resíduo que tende ao desaparecimento. O trabalho não se destina apenas aos pesquisadores de Geografia, mas a todos aqueles que se interessam em aprofundar uma reflexão sobre os dilemas das ocupações territoriais e políticas do país, tal como a reprodução das famílias e etnias indígenas no Brasil, apesar dos problemas fundiários e da expansão do agronegócio na modernidade. Conhecer os projetos para o desenvolvimento agrário e etnocultural é perceber todas as suas contradições. É um debate que permeia a sociedade como um todo e, portanto, não deve estar restrito aos conhecimentos da academia. Pela clareza na exposição das ideias, o livro é recomendado a todos os pesquisadores e não pesquisadores interessados no tema.